

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INSTITUIÇÃO
FORMADORA

1. A **qualificação técnica** para o reconhecimento da instituição formadora será feita mediante a análise do Plano de Curso que deve ser estruturado contemplando os seguintes aspectos:

- Identificação do curso;
- Justificativa;
- Objetivos geral e específicos;
- Estrutura curricular;
- Corpo docente;
- Ementas;
- Metodologia;
- Estágio supervisionado;
- Avaliação de aprendizagem, condições de aprovação e certificação;
- Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do curso.

1.1. Identificação do Curso

- 1.1.1. Nome da instituição formadora;
- 1.1.2. Perfil e breve histórico da instituição formadora, indicando: a estrutura organizacional; o contexto de sua ação social e/ou educativa; outros cursos oferecidos e atividades educativas ou sociais que realiza; o número de professores e de integrantes do corpo técnico; público atendido; inserção na região em que atua;
- 1.1.3. Unidade(s) de desenvolvimento do curso;
- 1.1.4. Nome do curso, carga horária e tempo de duração;
- 1.1.5. Modalidade;
- 1.1.6. Turno de funcionamento;
- 1.1.7. Formas de ingresso.

1.2. Justificativa

Argumentação que justifique a oferta de curso, evidenciando:

- 1.2.1. As circunstâncias de sua proposição, considerando o universo e a realidade local;
- 1.2.2. A importância da oferta, as potencialidades do curso, os problemas a serem enfrentados e a demanda do setor relacionado à área de atuação.

1.3. Objetivos Geral e Específicos

Apresentar os objetivos do curso, expressando de maneira geral o perfil de profissional que se pretende alcançar, especificando os conhecimentos e as competências que o aluno deve desenvolver ao longo do processo.

1.3.1. Objetivo geral expressa a intencionalidade das propostas e das ações nas dimensões profissional, social ou econômica, tendo como referência a amplitude do processo de ensino.

1.3.2. Objetivos específicos originam-se do objetivo geral, definindo de forma mais direta as peculiaridades do perfil profissional em relação à totalidade do curso.

Os objetivos específicos, geralmente, estão relacionados a etapas ou características determinadas do processo de ensino que, articuladas, compõem a totalidade dos processos educativos.

1.4. Estrutura Curricular

Apresentação da proposta curricular do curso coerente com seus objetivos e organizada no formato de tabela ou quadro, contendo:

1.4.1. Componentes curriculares;

1.4.2. Carga horária;

1.4.3. Indicação de componentes curriculares obrigatórios, optativos, ou eletivos, quando for o caso; estágio supervisionado; soma parcial de cada etapa do curso e soma total da carga horária;

1.4.4. Na oferta de cursos oferecidos na modalidade de educação a distância, deve-se indicar o tempo de duração para o desenvolvimento de cada componente curricular, bem como para conclusão da etapa de fundamentação.

1.5. Corpo Docente

Apresentação da relação dos docentes do curso, indicando o(s) componente(s) curricular(es) pelo(s) qual(is) estarão responsáveis e o atendimento às exigências relativas à formação acadêmica e profissional:

1.5.1. Etapa I – Fundamentação

Formação Acadêmica mínima: graduação em qualquer área do conhecimento. Comprovado domínio ou vivência na área de conhecimento relacionada ao componente de ensino a ser ministrado.

1.5.2. Etapa II – Estágio Supervisionado

Além dos requisitos previstos para a atuação docente da Etapa de Fundamentação, exige-se que o(s) formador(es) do Estágio Supervisionado apresente(m) formação específica e experiência em atividades de conciliação e mediação.

A instituição formadora deverá indicar a proporção alunos/professor tanto para a etapa de formação, como o número de estagiários/orientador no estágio supervisionado.

1.5.3. Coordenação Pedagógica do Curso

Além dos requisitos previstos para a atuação docente da Etapa de Fundamentação, o coordenador do curso deve comprovar experiência em atividades de conciliação e mediação.

É desejável, ainda, que o corpo docente e o coordenador do curso tenham experiência em docência e formação pedagógica.

1.6. Ementas

Breve apresentação do conteúdo em cada componente curricular da Etapa de Fundamentação, indicando de forma clara e concisa os tópicos essenciais a serem tratados.

Ao final de cada ementa, devem ser indicadas as bibliografias, básica e complementar, dos componentes apresentados, sendo pelo menos dois títulos para a primeira. Os títulos referentes à bibliografia básica devem expressar, no seu conjunto, abrangência compatível com o conteúdo disposto na ementa e devem compor o acervo disponível para consulta na biblioteca ou na sala de estudo da unidade de ensino em que o curso é ministrado.

1.7. Metodologia

Descrição da orientação pedagógica adotada nos processos de ensino-aprendizagem, contemplando o tratamento relativo às atividades didáticas e valorizando metodologias que efetivamente permitam o desenvolvimento das competências delineadas para a formação do mediador judicial, bem como promovam a interdisciplinaridade e a articulação teórico-prática necessárias para a formação profissional:

1.7.1. Indicar como serão realizadas as atividades com o intuito de articular teoria e prática para o desenvolvimento das dinâmicas de conciliação e mediação;

1.7.2. Explicitar como será garantida, no desenvolvimento do Etapa de Fundamentação, a articulação com a prática que viabilize condições para a aplicação dos conhecimentos, envolvendo o domínio de conceitos e informações, procedimentos e atitudes necessários à ação profissional.

1.7.3. Indicar, caso existam, as estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes (tutorias, monitorias, atendimentos entre outras);

1.7.4. Descrever, se for o caso, a utilização de materiais didáticos especializados e como serão disponibilizados para os alunos;

1.7.5. Informar como os recursos pedagógicos e as tecnologias da informação e da comunicação estarão integrados aos processos de ensino e de aprendizagem;

1.7.6. Nos cursos oferecidos na modalidade de educação a distância, deve-se indicar como será a organização do ambiente, a orientação pedagógica para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem que garanta a comunicação tanto entre tutor e alunos, como entre os pares, e a interatividade no desenvolvimento do conteúdo.

1.8. Estágio Supervisionado

1.8.1. Apresentar plano de desenvolvimento de estágio supervisionado, informando sobre a distribuição da carga horária que garanta a vivência orientada, contemplando 1 (um) membro da equipe docente e as três funções atinentes à conciliação e à mediação (observador, conciliador ou mediador e conciliador ou mediador), além das seguintes exigências:

1.8.1.1. O estágio deverá ter duração mínima de 60 horas e máxima de 100 horas, conforme estabelecido na Resolução CNJ n. 125/2010.

1.8.1.2. Considerada a carga horária mínima, deverá haver a participação ativa em pelo menos 18 sessões, garantindo a atuação em:

- Processo de conciliação: 9 sessões obrigatórias, das quais 2 (duas) na função de observador, 3 (três) como conciliador e 4 (quatro) como mediador;
- Processo de mediação: 9 sessões obrigatórias, das quais 2 (duas) na função de observador, 3 (três) como conciliador e 4 (quatro) como mediador;
- Após a realização do número mínimo de sessões, o aluno deverá empregar as demais horas de estágio em sessões complementares.

1.8.1.3. Se durante a realização do curso aumentar a carga horária mínima estabelecida pelo CNJ, a instituição formadora deverá complementar o número de horas exigidas para o estágio supervisionado.

1.8.2. A instituição formadora deverá comprovar ainda:

- Estrutura metodológica definida para garantir a orientação e o acompanhamento das atividades programadas e da elaboração dos relatórios de trabalho, explicitando os procedimentos para o acompanhamento e a avaliação do estágio;
- Estrutura física e organizacional para o atendimento de casos reais em processos de conciliação e mediação, no caso do estágio supervisionado a ser desenvolvido na própria instituição formadora, e a descrição da forma como serão selecionados ou cooptados os casos reais a serem objeto de sessões de conciliação e mediação.

1.8.3. No caso de a instituição formadora realizar o estágio em instituições externas, deverá comprovar as condições necessárias para o desenvolvimento da atividade, mediante a apresentação de acordo, convênio ou parceria firmados com instituições ou órgãos que ofereçam mediação extrajudicial, pré-processual ou judicial e que garantam a realização desta etapa do curso.

1.8.4. Em quaisquer dos casos, a escola deve comprovar as condições necessárias para a realização do estágio com:

- Distribuição da carga horária de orientação do estágio, evidenciando a adequada relação orientador de estágio/alunos estagiários;
- Instrumentos utilizados para orientação, controle e avaliação do estagiário pelo orientador do estágio; indicando os formulários destinados a avaliação sobre a organização, o atendimento e o desenvolvimento das sessões pelo estagiário;
- Instrumentos de pesquisa de satisfação a serem aplicados junto as partes envolvidas e os advogados que permitam avaliar o desempenho do estagiário nas funções de conciliador ou mediador, a organização da sessão e a satisfação com o atendimento realizado;
- Apresentação, no seu Plano de Curso, dos instrumentos a serem utilizados no desenvolvimento do estágio.

1.8.5. As escolas que ofereçam cursos na modalidade de educação a distância devem indicar no Plano de Curso como será garantida a realização do Estágio Supervisionado para alunos de diferentes localidades, conforme indicado no § 1º do art. 9º da presente resolução.

1.8.6. Será possível a flexibilização da organização do estágio diferenciada do descrito neste documento, desde que instituição formadora apresente, para análise da Escola, proposta que atenda à carga horária mínima do estágio, nos termos estabelecidos na Resolução CNJ n. 125/2010, à vivência nas três funções tratadas neste item e ao acompanhamento pelo formador durante o processo de realização do estágio.

1.9. Avaliação da aprendizagem, condições de aprovação e certificação

1.9.1. Descrever o processo de avaliação a ser seguido e que orientará a análise do aprendizado do aluno, indicando etapas, frequência, procedimentos, instrumentos e critérios utilizados, bem como os parâmetros exigidos para certificação – nota, conceito ou indicativo de alcance de competências, contemplando a exigência de relatório final para conclusão da Etapa de Fundamentação e relatórios de atividades e avaliação de reação (pesquisa de satisfação) das sessões de conciliação e mediação para o Estágio Supervisionado. Deve-se demonstrar a coerência entre os processos avaliativos, a metodologia e os objetivos propostos para o desenvolvimento do curso.

1.9.2. Em cursos oferecidos na modalidade a distância, a instituição formadora deve apresentar pelo menos uma avaliação obrigatória desenvolvida na forma presencial, com a indicação dos seguintes aspectos:

- Momento de realização da atividade avaliativa;
- Local(is) de realização da prova;
- Forma de atendimento aos alunos das diferentes localidades.

1.9.3. A escola deve demonstrar como será feita a verificação e o registro de frequência, bem como apresentar o modelo de certificação contemplando os seguintes elementos:

- No anverso:
Nome do curso
Nome do concluinte
Nacionalidade
Naturalidade
Data de nascimento
Documento de identidade
Local e data da expedição do certificado
Local para assinatura com o nome do responsável pelo registro dos dados do aluno
Local para a assinatura com o nome do responsável pela instituição formadora
Local para a assinatura do concluinte
- No verso
Histórico do curso indicando os módulos cursados pelo aluno e nos quais foi aprovado e a respectiva carga horária
Portaria da Enfam de reconhecimento da instituição formadora
Nome do responsável pelo registro dos dados do aluno
Nome do responsável pelo curso
Carimbo de registro indicando número do livro de registro, página, número e data do registro.

1.10. Acompanhamento e Avaliação do Curso

Indicar como a instituição formadora realizará o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do curso, contemplando:

1.10.1 Avaliação de reação:

- Do curso – desenvolvida por docentes e discentes;
- Do desempenho docente em cada componente curricular desenvolvido pelos alunos participantes do curso;
- Das condições de oferta do curso.

1.10.2 Além das avaliações aqui expressas, a instituição formadora deve indicar como acompanhará o desenvolvimento do curso, garantindo as correções necessárias ao longo do processo.

2. Conteúdo programático básico para o curso de formação em mediação judicial

O curso deve ter por objetivo garantir condições para que os estudantes desenvolvam o domínio da fundamentação teórica sobre a ação de conciliação e mediação, bem como a vivência que o torne apto ao exercício da mediação judicial.

A presente orientação tem como referência o conteúdo estabelecido no Anexo I da Resolução n. 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

2.1. Fundamentação – 40 horas

- a) Panorama histórico dos métodos consensuais de solução de conflitos. Legislação brasileira. Projetos de Lei. Lei dos Juizados Especiais. Resolução CNJ n. 125/2010. Novo Código de Processo Civil, Lei de Mediação.
- b) A Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos.
Objetivos: acesso à justiça, mudança de mentalidade, qualidade do serviço de conciliadores e mediadores. Estruturação – CNJ, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e CEJUSC. A audiência de conciliação e mediação do novo Código de Processo Civil. Capacitação e remuneração de conciliadores e mediadores.
- c) Cultura da Paz e Métodos de Solução de Conflitos.
Panorama nacional e internacional. Autocomposição e Heterocomposição. Prisma (ou espectro) de processos de resolução de disputas: negociação, conciliação, mediação, arbitragem, processo judicial e processos híbridos.
- d) Teoria da comunicação/Teoria dos jogos.
Axiomas da comunicação. Comunicação verbal e não verbal. Escuta ativa. Comunicação nas pautas de interação e no estudo do inter-relacionamento humano: aspectos sociológicos e aspectos psicológicos. Premissas conceituais da autocomposição.
- e) Moderna Teoria do Conflito.
Conceito e estrutura. Aspectos objetivos e subjetivos.
- f) Negociação.
Conceito: integração e distribuição do valor das negociações. Técnicas básicas de negociação (a barganha de posições; a separação de pessoas de problemas; concentração em interesses; desenvolvimento de opções de ganho mútuo; critérios objetivos; melhor alternativa para acordos negociados).

Técnicas intermediárias de negociação (estratégias de estabelecimento de *rapport*; transformação de adversários em parceiros; comunicação efetiva).

g) Conciliação.

Conceito e filosofia. Conciliação judicial e extrajudicial. Técnicas (recontextualização, identificação das propostas implícitas, afago, escuta ativa, espelhamento, produção de opção, condicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade).

Finalização da conciliação. Formalização do acordo. Dados essenciais do termo de conciliação (qualificação das partes, número de identificação, natureza do conflito). Redação do acordo: requisitos mínimos e exequibilidade. Encaminhamentos e estatística.

Etapas (planejamento da sessão, apresentação ou abertura, esclarecimentos ou investigação das propostas das partes, criação de opções, escolha da opção, lavratura do acordo).

h) Mediação.

Definição e conceitualização. Conceito e filosofia. Mediação judicial e extrajudicial, prévia e incidental; Etapas – Pré-mediação e Mediação propriamente dita (acolhida, declaração inicial das partes, planejamento, esclarecimentos dos interesses ocultos e negociação do acordo). Técnicas ou ferramentas (comediação, recontextualização, identificação das propostas implícitas, formas de perguntas, escuta ativa, produção de opção, condicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade ou reflexão).

i) Áreas de utilização da conciliação/mediação.

Empresarial, familiar, civil (consumerista, trabalhista, previdenciária etc.), penal e justiça restaurativa; o envolvimento com outras áreas do conhecimento.

j) Interdisciplinaridade da mediação.

Conceitos das diferentes áreas do conhecimento que sustentam a prática: sociologia, psicologia, antropologia e direito.

k) O papel do conciliador/mediador e sua relação com os envolvidos (ou agentes) na conciliação e na mediação.

Os operadores do direito (o magistrado, o promotor, o advogado, o defensor público etc.) e a conciliação/mediação. Técnicas para estimular advogados a atuarem de forma eficiente na conciliação/mediação. Contornando as dificuldades: situações de desequilíbrio, descontrole emocional, embriaguez, desrespeito.

l) Ética de conciliadores e mediadores.

O terceiro facilitador; funções, postura, atribuições, limites de atuação. Código de Ética – Resolução CNJ n. 125/2010.

2.2. Estágio Supervisionado

Aplicação do aprendizado teórico em casos reais, supervisionado por 1 (um) membro da equipe docente, garantido o desempenho, necessariamente, nas 3 (três) funções:

- a) Observador;
- b) Coconciliador ou comediador;
- c) Conciliador ou mediador.

Ao final de cada sessão, o aluno deverá apresentar relatório sistematizado da prática desenvolvida relatando sobre as técnicas utilizadas, os resultados das aplicações e desenvolvendo análise sobre a experiência vivenciada.